

Sarney aprova plano de ação de Bresser

HELIVAL RIOS

Utilização de todos os mecanismos clássicos da política econômica, até que a atual crise esteja superada, é comando único na condução da dívida externa. É precisamente isso o que vai fazer, de agora em diante, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. As idéias do novo ministro foram apresentadas ao presidente José Sarney no último encontro que mantiveram na semana passada. Sarney achou a exposição clara e objetiva e, ao final, concordou com o novo ministro: "Faça o que achar necessário. Você tem a minha confiança e toda a liberdade para agir", teria dito Sarney.

O novo ministro não quer ser tutelado com relação às negociações da dívida externa e acertou com o presidente Sarney que ficará com seu comando. A Comissão de Assessoramento da Dívida, coordenada pelo embaixador extraordinário Ramiro Saraiva Guerreiro passa para a retaguarda da linha de negociações. Aparentemente, esta comissão teria sido criada na tentativa de afastar o ministro da Fazenda do centro das negociações da dívida externa, embora colocando-o na sua Presidência. A partir de agora, por determinação do presidente Sarney, tudo volta a ser como era antes e o ministro da Fazenda passa a exercer o comando absoluto das negociações da dívida externa.

ORTODOXIA

Pelo que ficou exposto pelo novo ministro da Fazenda ao presidente José Sarney, o governo vai passar a se utilizar, fartamente, a partir de agora, de todos os mecanismos clássicos de política econômica e um novo choque heterodoxo somente poderá ser executado depois da utilização dos mecanismos ortodoxos, para garantir uma completa estabilização econômica.

O tratamento ortodoxo vai atingir principalmente as políticas fiscal, monetária, cambial, salarial e de preços. A estratégia a ser promovida por Bresser Pereira para conduzir a economia do País estará muito próxima daquela recomendada nas cartilhas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Seria, de fato, igual, não fosse por uma diferença básica: o ponto de partida dos programas de ajustamento do FMI é o saldo comercial. O ponto de partida do programa de ajustamento pretendido por Bresser é um apertado crescimento econômico, entre 3 e 3,5%, mas contemplando, em seguida, a recuperação do saldo da balança comercial, que deve somar, este ano, entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões.

O programa será rigoroso e acompanhado mediante metas mensais. Será, inclusive, de grande valia nas negociações da dívida externa, facilitando-a enormemente, por mostrar de modo claro à comunidade financeira internacional a tática e os compromissos de ajustamento do governo brasileiro, inspirando confiança no futuro do País.

Sob o comando de Bresser Pereira, o governo fará um esforço concentrado de restrição das suas despesas e de recuperação das receitas.

Em curto prazo, o déficit público deverá ser reduzido de 4% para algo em torno de 1 a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Serão contidas as despesas de custeio do governo, principalmente os gastos com pessoal, enquanto os Estados e municípios serão induzidos a um saneamento financeiro. Através do Banco Central, será montado um programa especial de controle dos bancos estaduais.

A política monetária será restritiva, de modo a manter a liquidez sob controle e a inibir firmemente o crescimento da demanda.

Na política fiscal, o governo vai procurar coibir os vazamentos de receitas pelo combate à sonegação e maior taxação sobre os ganhos especulativos. A política salarial se manterá estável, permitindo-se que a defasagem entre o disparo do "gatilho" e a inflação verificada se encarregue de coibir novos impetos de consumo.

O governo reconhece que esta defasagem impõe uma perda salarial, mas cuidará para que esta perda não cresça, permanecendo estável, na medida do possível.

As políticas cambial e de preços serão realistas. Entretanto, os mecanismos de controle de preços devem ser aprimorados para evitar abusos e ação predatória de monopólios e oligopólios.

(Brasília/Agência Estado)